

Planalto nega querer legislar

Sarney

- , JAN 1987

ESTADO
DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney não está se esforçando para conseguir do Congresso Nacional a delegação de legislar por decreto durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Isto porque, segundo um assessor direto do presidente da República, a própria emenda que convoca a Constituinte prevê os trabalhos paralelos das duas Casas — uma voltada para a elaboração da Nova Carta, e outra, para a legislação ordinária.

De acordo com a mesma fonte, o presidente Sarney nega também que tenha sofrido pressões do PMDB para evitar o que ocorreu em Constituintes anteriores, quando foi dado poder aos chefes de governo da época para que comandassem o processo de fazer as leis ordinárias do País. Do mesmo modo, disse o informante, o Palácio do Planalto descarta a existência de desentendimentos entre Sarney e o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, pelo fato de estar pleiteando acumular as presidências da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte.

Na verdade, conforme se comenta em vários gabinetes palacianos, existe numa parte da cúpula do Executivo um nítido interesse em que Ulysses seja reeleito presidente da Câmara dos Deputados, acabando com as pretensões do pernambucano Fernando Lyra, que vê inconstitucio-

nalidade no acúmulo de cargos. Esse interesse é compartilhado pelo presidente José Sarney, que em conversas particulares com Ulysses vem insistindo na tese de que a Assembléia Nacional Constituinte não comporta "duas cabeças distintas no comando", ou seja, um homem da confiança do governo à frente da Constituinte contra um outro, que não esteja completamente afinado, na Câmara, ou vice-versa. Tanto Sarney quanto Ulysses, adiantaram importantes fontes do governo, concordam que uma situação desse tipo provocaria "conflictos de administração" na Constituinte, prejudicando os interesses do governo.

CRIATIVIDADE

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) identificou "muita criatividade" na intenção atribuída por alguns setores políticos ao deputado Ulysses Guimarães, de pretender ocupar as presidências da Câmara e da Constituinte para impedir que o presidente Sarney legisle durante a Constituinte.

Santana lembrou que os poderes de iniciativa legislativa do chefe do Executivo não sofrem alterações pela circunstância de estar o Congresso reunido paralelamente à Assembléia Nacional Constituinte. E ainda: os mecanismos regimentais do processo de elaboração legislativa são impessoais e de qualquer decisão supostamente irregular do presidente de qualquer Casa do Congresso comporta recurso ao seu plenário, sobre-

rano, e última instância de todas as decisões.

O candidato a presidente do Senado, Humberto Lucena, não vê sentido no propósito atribuído ao presidente de seu partido, Ulysses Guimarães, de acumular poderes para criar embaraços ao presidente Sarney. Não há, segundo Humberto Lucena, qualquer evidência de que Ulysses teria esta determinação, embora cada qual seja livre para fazer as especulações que bem entender. O senador pela Paraíba lembrou, porém, que a trajetória partidária de Ulysses Guimarães tem sido marcada pela retidão, mesmo quando ele assumiu os riscos de disputar com correligionários a ampliação de seus espaços políticos.

A circunstância de as críticas a Ulysses terem partido de um seu correligionário de São Paulo, sugere, segundo o senador, a possibilidade de rivalidades locais estarem sendo transferidas para o plano federal.

DECRETOS-LEI

"O PMDB devia evitar que Sarney editasse decretos-lei", afirmou ontem, em Brasília, o líder do PTE, Gastone Righi, ao saber que o PMDB tem interesse em conter o impeto legiferante do presidente José Sarney, durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. E acrescentou: "Transferir a Sarney a tarefa de legislar, durante a Constituinte, seria inconstitucional. Alias, ele já o faz, através do uso e abuso do decreto-lei".